

ORGANIZADORES

Boaventura de Sousa Santos
José Manuel Mendes

Boaventura de Sousa Santos
José Manuel Mendes (Orgs.)

DEMODIVERSIDADE

DEMODIVERSIDADE IMAGINAR NOVAS POSSIBILIDADES DEMOCRÁTICAS

autêntica — EPISTEMOLOGIAS DO SUL —

autêntica



MPETE
2020

PORTUGAL
2020

EUROPEAN UNION

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

autêntica
www.autenticaditora.com.br

Todos os direitos reservados pela Autêntica Editora. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida, seja por meios mecânicos, eletrônicos, seja via cópia xerográfica, sem a autorização prévia da Editora.

EDITORA RESPONSÁVEL
Rejane Dias

EDITORA ASSISTENTE
Cecília Martins

REVISÃO
Victor Ferreira
Cecília Martins

CAPA
Diogo Droschi

DIAGRAMAÇÃO
Larissa Carvalho Mazzoni

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Demodiversidade : imaginar novas possibilidades democráticas / Boaventura de Sousa Santos, José Manuel Mendes, (Organizadores). -- 1. ed. -- Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2018. -- (Epistemologias do Sul ; 1)

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-85-513-0333-7

1. Democracia 2. Diferenças culturais 3. Diversidade cultural 4. Epistemologia 5. Movimentos sociais 6. Mudança social 7. Política I. Santos, Boaventura de Sousa. II. Mendes, José Manuel. III. Série.

18-14713

CDD-303.4

Índices para catálogo sistemático:

1. Democracia intercultural : Transformações sociais : Sociologia 303.4

Maria Paula C. Riyuzo - Bibliotecária - CRB-8/7639



Belo Horizonte
Rua Carlos Turner, 420
Silveira - 31140-520
Belo Horizonte - MG
Tel.: (55 31) 3465 4500

São Paulo
Av. Paulista, 2.073,
Conjunto Nacional, Horsa I
23º andar - Conj. 2310-2312.
Cerqueira César - 01311-940
São Paulo - SP
Tel.: (55 11) 3034 4468

Rio de Janeiro
Rua Debret, 23, sala 401
Centro - 20030-080
Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (55 21) 3179 1975

www.grupoautentica.com.br

SUMÁRIO

- 9 **Prefácio**
Boaventura de Sousa Santos e José Manuel Mendes
- 17 **Introdução**
Boaventura de Sousa Santos e José Manuel Mendes
- 51 **Capítulo 1. Para uma nova visão da Europa: aprender com o Sul**
Boaventura de Sousa Santos
- 73 **Capítulo 2. Deveria a Europa aprender com o secularismo indiano?**
Rajeev Bhargava
- 87 **Capítulo 3. Este mundo dividido em dois**
Richard Pithouse
- 109 **Capítulo 4. Democracia e democratização em África: interrogar paradigmas e práticas**
Issa G. Shivji
- 123 **Capítulo 5. Por uma política do amor revolucionário**
Houria Bouteldja
- 129 **Capítulo 6. Micropolítica andina. Formas elementares de insurgência cotidiana**
Silvia Rivera Cusicanqui
- 137 **Capítulo 7. Repensar a questão (pluri)nacional e o desafio da democracia intercultural**
Vivian Urquidí

157	<i>Capítulo 8. Política após a derrota da política: pós-democracia, pós-política e populismo</i> <i>Juan Carlos Monedero Fernández</i>	379	<i>Capítulo 17. Outra democracia é possível. Aprendizagens para uma democracia radical no México a partir da experiência política de Cherán</i> <i>Orlando Aragón Andrade</i>
181	<i>Capítulo 9. Fazer política através do espelho: vislumbres de outras democracias à luz dos indignados</i> <i>Antoni Aguiló Bonet</i>	401	<i>Capítulo 18. As novas candidaturas municipalistas de cidadãos em Espanha: rumo a um municipalismo do comum?</i> <i>Antoni Aguiló Bonet</i>
205	<i>Capítulo 10. Revolução passiva, “transformismo”, “cesarismo”? Uma explicação gramsciana alternativa para os governos progressistas na América Latina</i> <i>Rebeca Jasso-Aguilar</i>	425	<i>Capítulo 19. Movimentos-partido, populismo e democratização</i> <i>Cristiano Gianolla</i>
229	<i>Capítulo 11. Sobre a democratização árabe e o conhecimento democrático: o normativo versus o prático no contexto da Primavera Árabe</i> <i>Larbi Sadiki</i>	459	<i>Capítulo 20. Bolívia: a democracia intercultural como síntese das diferenças</i> <i>María Teresa Zegada C.</i>
257	<i>Capítulo 12. Carry their rights, their own way: a luta dos Dalit pela igualdade</i> <i>José Manuel Mendes</i>	481	<i>Capítulo 21. A longa caminhada das autonomias indígenas na Bolívia: demodiversidade plurinacional em exercício</i> <i>José Luis Exeni Rodríguez</i>
287	<i>Capítulo 13. Um balanço da participação democrática no Brasil (1990–2014)</i> <i>Leonardo Avritzer</i>	505	<i>Capítulo 22. Democracia aimará andina: taypi e diversidade deliberativa para uma democracia intercultural</i> <i>Mara Bicas</i>
309	<i>Capítulo 14. Tecnopolítica e movimentos sociais globais recentes: questões preliminares para um estudo de caso espanhol e português</i> <i>Jesús Sabariego</i>	531	Conclusão <i>Boaventura de Sousa Santos e José Manuel Mendes</i>
331	<i>Capítulo 15. Entre a resistência e o autoritarismo: a Índia hoje em dia</i> <i>Kamal Mitra Chenoy</i>	535	Notas biográficas dos autores
353	<i>Capítulo 16. O passe livre no Brasil e a sociologia das possibilidades</i> <i>João Alexandre Peschanski</i>	541	Índice de Figuras, Gráficos e Tabelas

Outra democracia é possível. Aprendizagens para uma democracia radical no México a partir da experiência política de Cherán¹

Orlando Aragón Andrade

A impostura política dos zombies

O nosso tempo está marcado por um grande paradoxo no domínio da política: a democracia liberal, que, em diversos países, faz a gestão dos interesses do mercado em nome dos interesses dos cidadãos, confronta-se com uma forte crise de legitimidade; apesar disso, os seus principais atores – partidos políticos e meios de comunicação hegemónicos – declaram ser ela a única forma possível de organização política para conseguir uma sociedade justa e igualitária (ŽIŽEK, 2002).

Na América Latina, a mais aguda crise da democracia e do sistema eleitoral é porventura a do México. Ao contrário de vários países da América do Sul que nas últimas décadas viveram sob regimes progressistas, o México tem vivido constantemente – pelo menos nas últimas três décadas – sob o controlo de governos neoliberais sem que a alternância partidária em 2002 tenha mudado este rumo.

A derrota do Partido Revolucionário Institucional (PRI) nas eleições presidenciais de 2000, depois de quase 70 anos de governo ininterrupto, trouxe aos mexicanos a esperança de que finalmente se iniciaria uma nova etapa na vida política do país. A partir de então, entendeu-se a derrota do PRI como o ponto culminante na transição para a democracia e esta como a superação das práticas antidemocráticas e autoritárias que o PRI tinha implementado e mantido durante tantas décadas. Infelizmente, não

¹ Tradução de Tiago Fonseca.

passou muito tempo sem que esta expectativa fosse defraudada pelo próprio presidente da transição e pelo seu partido, a Ação Nacional (PAN). Logo na etapa seguinte de renovação presidencial, em 2006, em conluio com o PRI, fizeram todo o tipo de manobras, legais e ilegais, para evitar que o então candidato de esquerda ganhasse as eleições presidenciais (MEYER, 2013; TUCKMAN, 2013), desferindo, com isso, um duro golpe na credibilidade das jovens instituições eleitorais.

A falta de legitimidade democrática do novo presidente, juntamente com as crises económicas, levou a que o principal projeto do seu governo se centrasse no combate armado ao crime organizado (TUCKMAN, 2013), o que provocou um crescimento galopante da violência² e, paradoxalmente, que fossem postas a nu as ligações entre os grupos criminosos e membros destacados de governos e partidos políticos de todas as filiações, incluindo o partido político da presidência.³

Para tornar a situação ainda pior, o último processo de eleição presidencial (2012) ficou marcado pelas mesmas práticas antidemocráticas anteriores e pelo regresso, passados apenas doze anos, do PRI à presidência do país (MEYER, 2013; ACKERMAN, 2015). Em vez de os partidos de esquerda terem dado uma resposta articulada, o que se passou foi a deriva cada vez mais acentuada, especialmente do Partido da Revolução Democrática (PRD), no sentido do dogma neoliberal e a adoção de uma atitude servil perante o governo.

Apesar deste resultado dececionante da transição democrática no México, que, no fim de contas, se ficou por uma raquítica alternância entre partidos políticos cada vez mais corruptos e indiferentes aos problemas dos

cidadãos, o país experienciou a ação de uma série de movimentos sociais, que, cada um a seu modo, responderam aos desafios comuns impostos pela ordem neoliberal e pela transformação criminal do Estado. Através da sua luta, contribuíram com importantes inovações políticas para construir um país mais justo, igualitário, plural e democrático.

Entre estas experiências ocorridas nas últimas décadas podem contabilizar-se: a segurança comunitária organizada pela Polícia Comunitária de Guerrero (1995); o movimento indígena-camponês de San Salvador Atenco, que conseguiu impedir a construção do novo aeroporto internacional nos seus baldios (2001–2002); as novas iniciativas lançadas pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), como “la otra campaña” (2005–2006), as escolinhas (escolas zapatistas) (2013), entre outras; a luta e experiência política da Assembleia Popular de Povos de Oaxaca contra o caciquismo e o autoritarismo do PRI (2007); a mobilização dos pais e familiares das crianças falecidas no incêndio do infantário ABC contra a corrupção e impunidade da classe política (2009); o Movimento pela Paz com Justiça e Dignidade sob a égide do poeta Javier Sicilia (2011) contra a política de combate ao crime organizado e a violência por ela desencadeada; a luta do movimento pela segurança, justiça e reconstituição do território de San Francisco Cherán contra o crime organizado e as autoridades municipais corruptas; o movimento estudantil “Yo soy 132” (2012), que lutou por mais equidade e transparência dos meios de comunicação social e durante as campanhas eleitorais; a luta por direitos laborais básicos dos trabalhadores agrícolas explorados de San Quintín (2014); o movimento nacional e internacional de protesto pelo desaparecimento dos 43 estudantes de Ayotzinapa (2014), em que o crime organizado e o exército estiveram envolvidos; entre muitas outras.

Pode considerar-se, então, que a energia autenticamente democratizadora dos últimos anos no México não residiu principalmente na dimensão institucional, nos partidos políticos ou no restante sistema eleitoral. Pelo contrário, manifestou-se especialmente “a partir de baixo”, em espaços fora das conjunturas eleitorais, dos partidos políticos e das demais instituições do sistema eleitoral. Por essa razão, para intelectuais como Gustavo Esteva, os partidos políticos são como zombies: são autênticos mortos-vivos da política pelos quais já não passam as energias progressistas e transformadoras da sociedade mexicana, mas o inverso, tornaram-se parte dos obstáculos que dificultam a transformação social.

Apesar do crescente inconformismo social, prevalece a ideia de que a democracia mexicana é má mas necessária. É má, entre outras coisas, porque é impossível ocultar o facto de que se encontra montada sobre uma burocracia

² Passados apenas três anos e meio do início desse sexénio, os números de assassinatos em circunstâncias conotadas com o narcotráfico superavam, de acordo com a investigação de Marcela Turati (2011), o número de desaparecidos durante os anos da ditadura argentina, as vítimas da máfia italiana durante um século e as vítimas do terrorismo da ETA, em Espanha. A mesma autora revela que, dos 28 000 que foram assassinados até essa altura, 23% tinham entre 12 e 24 anos e 40% entre 25 e 35 anos (TURATI, 2011). Numa estimativa mais recente, José Gil Olmos (2015) calcula que entre 2006 e 2014 terá havido 120 000 mortos e 50 000 desaparecidos na guerra contra o crime organizado.

³ Segundo Luís Astorga (2015), o narcotráfico no México esteve ligado ao Estado desde a sua aparição no século xx. Esta relação, contudo, mudou também por causa da chamada transição para a democracia. Do mesmo modo que Salvador Maldonado (2012a), Astorga argumenta que, quando o PRI perdeu a presidência, o poder estatal de natureza autoritária, que constituía um travão perante os grupos do narcotráfico, ficou debilitado, e que, durante os primeiros anos da transição, os partidos políticos, em vez de se preocuparem em criar novas instituições de segurança adequadas a esta nova etapa, se concentraram quase exclusivamente nas disputas eleitorais.

faraónica, ineficaz e insensível às necessidades sociais do país; porque as campanhas eleitorais se transformaram num período de esbanjamento de dinheiros públicos⁴ que beneficia principalmente os monopólios televisivos, os quais, além de encherem os seus cofres, trivializam a democracia num espetáculo de telenovela (VILLAFRANCO, 2007); porque se tornou evidente que as campanhas eleitorais se transformaram em verdadeiros períodos de lóbi nos quais os candidatos, na sua ânsia de vencer, são capazes de hipotecar o interesse público aos interesses privados no intuito de conseguir apoio financeiro;⁵ porque a classe governante arranhou maneira de manter a cidadania excluída dos assuntos de interesse público, com o pretexto da profissionalização da política; porque continua profundamente discriminadora da participação efetiva da mulher⁶ e de uma verdadeira agenda feminista

⁴ De acordo com um estudo realizado pela Fundação Internacional para Sistemas Eleitorais (IFES) e com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), entre todos os países analisados na América, Europa, África e Ásia, o México foi o país que ocupou o primeiro lugar quanto a dinheiro gasto nas eleições. Só foi superado pelos países que enfrentavam guerras ou condições graves de instabilidade política (IFES—UNDP, 2006). Em 2010, outra investigação revelou que o México continuava como o país que mais gastava em eleições na América Latina, muito acima de países com mais população, como o Brasil (MENA, 2010). Só o órgão eleitoral responsável pela organização a nível federal das campanhas eleitorais, antes conhecido por Instituto Federal Eleitoral (IFE), agora Instituto Nacional Eleitoral (INE), registou um aumento sustentado no seu orçamento, ao contrário de todas as agendas sociais do Estado mexicano que continuamente têm visto o seu orçamento ser reduzido. Segundo Luis Carlos Ugalde (2015), antigo conselheiro-presidente deste órgão eleitoral, o orçamento do IFE-INE, em 2003, foi de 8958 milhões de pesos (cerca de 425 milhões de euros), tendo subido para 10 265 milhões de pesos (485 milhões de euros) em 2009 e atingido 13 216 milhões de pesos (625 milhões de euros) em 2015.

⁵ Ainda segundo Ugalde (2015), apesar do substancial financiamento público que os partidos políticos recebem, os dinheiros privados tornaram-se a principal fonte de financiamento das campanhas eleitorais. Nesse mesmo sentido, um recente estudo feito pela revista *Forbes México*, publicado a 8 de fevereiro de 2015, refere que, por cada dez pesos gastos em campanhas eleitorais, um peso provém do erário público e nove pesos, de origem desconhecida, são provenientes de privados.

⁶ No México, nunca existiu uma presidente da república. Nos mais de 200 anos de existência do Estado mexicano, só seis mulheres alcançaram o governo de uma província e, nos últimos 32 anos, época de transição para a democracia, houve apenas 23 secretárias de Estado. Num estudo sobre a participação das mulheres na política apoiado pelo PNUD (2013), podem constatar-se alguns avanços, ainda que escassos, como o aumento da representação das mulheres no poder legislativo nas últimas legislaturas (de 28% para 37% no parlamento e de 17% para 32% no senado), que perdem importância perante o ínfimo impacto nas posições de maior poder, como a liderança da bancada de um partido político, que representa apenas 14,3% no parlamento e 0% no senado.

que discuta o lugar da mulher na política; porque, apesar dos discursos de pluralismo e do reconhecimento formal nas leis, é profundamente hostil às reivindicações de autonomia e exclui as formas de organização política dos povos e comunidades indígenas. No entanto, afirma-se necessária por ser o melhor sistema que existe, dado que, segundo os seus defensores, não há alternativas que permitam construir um sistema melhor. O seu ponto forte é, portanto, o seu aparente carácter de inevitabilidade perante a suposta ausência de alternativas políticas reais ou adequadas.

Um dos principais desafios que se colocam atualmente no México é combater este cinismo político disfarçado de realismo. Uma das melhores formas de o fazer é dar visibilidade às alternativas democráticas que a democracia hegemónica diz não existirem.

Para de chorar, Madalena!

Não existirão, de facto, alternativas ou experiências que nos apontem pistas ou nos permitam pensar em novas formas de democracia? A meu ver, a esta pergunta deve responder-se com um rotundo sim: sim, existem alternativas e experiências. Como se entende, então, a eficácia do dogma da ausência de alternativas? Parece-me que isso se explica pelo facto de as alternativas terem a sua origem em instâncias em que menos pensamos ou imaginamos, naqueles setores que, de acordo com uma *racionalidade indolente* (SANTOS, 2002) — que desperdiça a experiência política gerada fora dos paradigmas e dos atores dominantes —, não possuiriam os elementos, o conhecimento ou as aptidões para as construir.

Num país com profundas raízes coloniais, como é o México, é praticamente inadmissível considerar que as alternativas políticas de que hoje necessitamos não tenham origem no Norte global (países desenvolvidos) ou nas elites políticas e intelectuais e que, pelo contrário, possam provir de setores subalternizados, tradicionalmente considerados como ignorantes, marginais e atrasados. Por mais grosseira que pareça, tal atitude é apoiada por uma tradição científica, de longa data e de diferentes quadrantes políticos, que sustenta que apenas aqueles que possuem determinados atributos (científicos, naturais, económicos, culturais, temporais, etc.) são capazes, primeiro, de tomar consciência da sua situação e, depois, de responder adequadamente a uma relação de dominação.⁷ Daí que seja muito fácil chegar à conclusão, nos termos do célebre ensaio de Spivak (2011), de que

⁷ Boaventura de Sousa Santos (2009) e Jacques Rancière (2013) elaboraram duas críticas distintas a esta abordagem.

os subalternos não podem falar e, mais do que isso, não podem ser sujeitos políticos com capacidade para propor alternativas.

Um exemplo que ilustra esta avaliação encontra-se no debate académico acerca da relação entre a democracia e o sistema eleitoral mexicano no que diz respeito aos “usos e costumes” das comunidades indígenas do México. Na década de 1990, tornou-se intenso o debate sobre a compatibilidade ou incompatibilidade dos “usos e costumes” com o processo de democratização que, nesses anos, entusiasmava muita gente.⁸ As posições de uma primeira série de trabalhos oscilaram entre as daqueles que consideravam que os “usos e costumes”, através do exercício da autonomia indígena, podiam contribuir para a democratização do México e as dos que os identificavam como perigosos para um país que procurava libertar-se dos atavismos autoritários do priismo (hegemonia do PRI).⁹ O debate não teve em consideração se a democracia nascente no México poderia tirar benefícios de retomar algumas práticas dos “usos e costumes” das comunidades indígenas, em vez disso, centrou-se em determinar se tais práticas eram ou não compatíveis com uma lógica política que, como já referi, se assumia de antemão como acabada e desejável.

Um segundo momento do debate pode situar-se no contexto da alternância partidária e do incumprimento governamental da exigência de autonomia formulada pelo EZLN. Ao contrário das discussões na década de 1990, estas investigações basearam a sua reflexão no sistema eleitoral híbrido que foi implantado em Oaxaca. Os dois trabalhos mais relevantes foram unânimes na ideia de que o reconhecimento dos “usos e costumes” no âmbito do sistema eleitoral tinha contribuído, de forma geral, para a continuidade do PRI no governo e para a sua relegitimação face à oposição (ANAYA, 2006; RECONDO, 2007).¹⁰ Mais uma vez, e talvez com maior intensidade, a ênfase destes trabalhos foi questionar em que medida o reconhecimento dos “usos e costumes” em Oaxaca favorecia ou não o processo de democratização que igualmente se assumia como uma lógica acabada e desejável.

⁸ Os principais movimentos que fomentaram este entusiasmo foram o movimento indígena continental do V centenário da “descoberta da América”, em 1992, e o levantamento do EZLN, em 1994.

⁹ Para Roger Bartra (2013), por exemplo, a exigência de autonomia era uma expressão de fundamentalismo e os “usos e costumes” perigosos para a democracia mexicana nascente, devido ao seu carácter principalmente autoritário e colonial, ao passo que, para Díaz-Polanco (1997), a autonomia e a aplicação dos “usos e costumes” nas comunidades indígenas seria uma das consequências naturais do processo democratizador.

¹⁰ David Recondo (2007) dá conta de que, em alguns casos, este reconhecimento também produziu efeitos inversos e suscitou dinâmicas que foram aproveitadas para disputar o poder por parte dos dissidentes e da oposição.

A percepção idealizada com que esta literatura assumiu a transição democrática, juntamente com o desdém arraigado relativamente às formas de organização política das comunidades indígenas, revela, a meu ver, a lógica abissal¹¹ que afeta as práticas políticas de grupos subalternos, como os indígenas. Sugiro, por esta razão, que talvez esteja a acontecer nas leituras académicas que se elaboraram a propósito dos “usos e costumes” o mesmo que se passou com Maria Madalena no famoso relato bíblico da ressurreição de Jesus Cristo. Neste episódio, Maria Madalena é surpreendida, na sua mágoa, por Jesus Cristo ressuscitado. A aparência com que Jesus se apresenta faz com que Maria Madalena seja simplesmente incapaz de o reconhecer.¹² Provavelmente é isto que está a acontecer no campo político: que passem diante dos nossos olhos experiências políticas inovadoras e plenas de potencial transformador, que, pela cegueira provocada em nós pela colonialidade do saber, não vemos nem valorizamos adequadamente.

Para ver e valorizar tais experiências precisamos de um novo pensamento crítico que relegue para segundo plano a posição desconstrutivista e chame de novo para a frente o comprometimento com a transformação social; que, por isso, tome consciência deste processo de invisibilização e de subvalorização; que permita, por um lado, como propõe a sociologia das ausências, “mostrar que o que não existe é produzido activamente como não-existente, como alternativa não credível, como alternativa descartável, invisível para a realidade hegemónica do mundo” (SANTOS, 2006: 23); e, por outro, de acordo com o objetivo da sociologia das emergências, permita “substituir o vazio do futuro segundo o tempo linear, por um futuro de possibilidades futuras e concretas, simultaneamente utópicas e realistas, que se vai construindo no presente a partir de actividades de cuidado” (SANTOS 2009: 127).

Face ao panorama atual, torna-se evidente que é preciso mudar a perspectiva com que temos vindo a pensar a democracia e os “usos e costumes” das comunidades indígenas, uma vez que foram algumas delas, entre outros setores populares, que geraram alternativas políticas que lhes permitiram resistir

¹¹ Para Boaventura de Sousa Santos o “pensamento ocidental moderno é um pensamento abissal que consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis; as invisíveis constituem o fundamento das visíveis. As distinções invisíveis são estabelecidas através de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos, o universo ‘deste lado da linha’ e o universo do ‘outro lado da linha’. A divisão é de tal ordem que ‘o outro lado da linha’ desaparece como realidade, converte-se em não-existente e, de facto, é produzido como não-existente. Não-existente significa não existir em nenhuma forma relevante ou compreensível de ser” (SANTOS, 2009: 160).

¹² A metáfora foi recolhida do artigo *Magdalena despierta*, de Ximena Peredo, publicado no diário *El Norte* em 10 de abril de 2015.

com relativo êxito à trágica situação que o México enfrenta atualmente. Contudo, esta viragem não se pode conceber de forma geral e idealizada. Não se trata neste momento de postular que todas as práticas políticas das comunidades indígenas constituem alternativas desejáveis para a crise que o México enfrenta. Pelo contrário, é necessário partir da hipótese de que os “usos e costumes” são contingentes, ambíguos e heterogêneos.

Penso naqueles “usos e costumes” ou, de forma mais precisa, em determinadas práticas políticas que algumas comunidades indígenas mobilizam, revitalizam ou reinventam “a partir de baixo”, na sua luta contra o Estado mexicano discriminador, etnocêntrico e criminoso. Tal como Raúl Zibechi (2006), considero que determinadas práticas postas em ação ou fruto de lutas das comunidades indígenas têm potencialidades para construir alternativas democráticas.¹³ Neste sentido, considero que têm potencial transformador os “usos e costumes” que não permanecem passivos, estáticos e alheados dos desafios que o país enfrenta, mas que se afirmam como emergentes, dialogantes e reativos perante os seus problemas particulares, embora também ligados a problemáticas comuns.

A comunidade indígena que espantou o medo¹⁴

Uma das experiências que melhor representa esta reinvenção progressista dos “usos e costumes” é o movimento, que durante quase cinco anos acompanhei,¹⁵ da comunidade purépecha de San Francisco Cherán, na província de Michoacán.¹⁶

¹³ Há, no entanto, uma questão em que difiro de Zibechi (2006), é que não considero estas práticas necessariamente como poderes não estatais. Creio que muitas delas podem derivar de modelos estatais anteriores ao neoliberal, como, por exemplo, o colonial; apesar disso, reinventadas na luta e no contexto neoliberal, são capazes de possuir um extraordinário potencial transformador.

¹⁴ O título desta secção inspirou-se na crónica de Thelma Gómez (2012), *El pueblo que espantó el miedo* (O povo que espantou o medo).

¹⁵ Acompanhei a luta de San Francisco Cherán como académico solidário desde maio de 2011 e, desde o final de agosto do mesmo ano, como seu advogado nos processos legais de caráter constitucional que a comunidade tem empreendido. A defesa dos diferentes litígios de Cherán tem vindo a ser realizada em trabalho de cooperação no âmbito do Coletivo Emancipaciones (www.colectivoemancipaciones.org).

¹⁶ Esta comunidade indígena situa-se no coração da região conhecida como planalto purépecha, na província de Michoacán. É uma das maiores comunidades desse povo indígena no que diz respeito à extensão territorial (20 826 hectares), característica que lhe permite, em conjunto com outros fatores políticos da sua história, ser ao mesmo tempo comunidade indígena e cabeça do município conhecido por Cherán.

A comunidade de Cherán gerou uma das experiências políticas mais luminosas que se produziram nos últimos anos no México. Cherán encontrava-se envolvida em desafios transversais a diferentes regiões mestiças e indígenas do México, por exemplo: (I) a onda neoextrativista e de delapidação de recursos naturais impulsionada pelas políticas neoliberais; (II) a insegurança e a violência; (III) a transformação criminal do Estado mexicano, e (IV) a crise de legitimidade da democracia e do sistema eleitoral mexicano. Estes desafios gerais, no entanto, assumiram características particulares em Cherán, tais como: (I) o saque das suas florestas; (II) o aumento da violência e da insegurança; (III) a captura da autoridade municipal por parte do crime organizado; e (IV) a crise de legitimidade política que o município enfrentou na última eleição para presidente.

O desmatamento ilegal das florestas tem sido, desde há muito tempo, um problema e um permanente foco de conflitos entre as comunidades da região onde se situa San Francisco Cherán. Mas o problema agudizou-se exponencialmente num curto espaço de tempo devido à intensificação e diversificação das atividades ilícitas de um agente relativamente novo na região: o crime organizado. No caso das florestas de Cherán, o desmatamento intensificou-se nos cinco anos anteriores ao início do movimento de 15 de abril de 2011.¹⁷ Paralelamente, e como consequência direta da presença do crime organizado, a criminalidade e a insegurança da comunidade aumentaram dramaticamente. Da mesma forma que levavam as árvores em plena luz do dia, os membros do crime organizado recorriam à extorsão, às ameaças e aos sequestros, além de assassinar cheranenses.

Como em outros municípios de Michoacán e do México, chegou-se a esta situação não só graças à cumplicidade das autoridades municipais, mas igualmente das autoridades provinciais, que tinham conhecimento dos atropelos que se cometiam em Cherán e também não atuavam oportunamente.¹⁸ Foi segundo esta mesma lógica que procedeu a autoridade federal, à qual

Segundo o censo de 2010, a sua população chega aos 18 141 habitantes, que se dividem principalmente entre as duas comunidades que compõem o município: San Francisco Cherán, com 14 245 habitantes, e Santa Cruz Tanaco, com 2947.

¹⁷ Durante muito tempo, os cheranenses dependeram significativamente do aproveitamento da floresta; por esse motivo, não é de estranhar que as alterações na exploração deste recurso coincidam com algumas das mobilizações mais importantes da comunidade, inclusive a de 2011 (CASTILE, 1974; BEALS, 1992; CALDERÓN, 2004; VELÁSQUEZ, 2013).

¹⁸ Embora o clima de delapidação, insegurança, violência e desagregação estatal não fosse um fenómeno isolado, Michoacán foi uma região particularmente afetada. Nos anos anteriores e posteriores a 2011, manifestou-se com especial clareza a transformação criminal do Estado mexicano (GLEDHILL, 2012; MALDONADO, 2012b; OLMOS, 2015). Abundam os exemplos que ilustram esta situação: o

os cheranenses em diversas ocasiões solicitaram a presença do exército para proteger a comunidade e as suas florestas sem que as suas solicitações tenham sido atendidas. Para além de todos estes problemas, os cheranenses viram-se confrontados, ao mesmo tempo, com uma profunda crise eleitoral em 2007, aquando da última eleição para a presidência do município. A competição entre o PRI, o PRD e um candidato dissidente deste último partido foi tão renhida e encarniçada que deixou praticamente fraturado o município e a comunidade.

Neste contexto, a 15 de abril de 2011 – à hora da primeira missa – houve um confronto entre os cheranenses e os *talamontes* (madeireiros ilegais). Testemunhas presenciais relataram que foram as mulheres quem primeiro fez frente aos *talamontes* e que depois, perante a confrontação, se lhes juntaram os homens da comunidade. O saldo deste confronto foi de vários feridos com armas de fogo e de alguns *talamontes* detidos na comunidade. Terminado o confronto, a principal preocupação dos cheranenses foi a de que os *talamontes* regressassem com mais gente armada para resgatar os seus cúmplices ou vingar-se das pessoas que os haviam enfrentado. Decidiram, por isso, tomar algumas medidas imediatas, prevenindo um eventual ataque do crime organizado: medidas de carácter defensivo que consistiram na instalação de barricadas com guarnição dos próprios cheranenses em todas as entradas da comunidade, assim como o estabelecimento de *fogatas* (grandes fogueiras) nas esquinas de cada quarteirão do perímetro urbano de Cherán, alimentadas e vigiadas pelos seus moradores.

Estas ações foram acompanhadas de fortes protestos contra a já de si enfraquecida autoridade municipal, que se manteve completamente alheia a estes acontecimentos. De facto, a confrontação serviu para formar um novo consenso político na comunidade: a rejeição taxativa de todos os partidos políticos. Os cheranenses consideraram que todos os partidos políticos os tinham abandonado e traído de forma igual, uma vez que nessa altura os três níveis de governo (municipal, estadual e federal) eram ocupados pelos três principais partidos políticos (o PRI, o PRD e o PAN, respetivamente) e que, além disso, os tinham dividido durante vários anos, favorecendo a penetração do crime organizado na comunidade.

grupo operacional denominado “Operación Conjunta Michoacán” (2008) e as múltiplas detenções de presidentes de município de Michoacán (2009) por alegadas ligações ao crime organizado, a detenção, pelo mesmo motivo, do ex-secretário do governo e do filho do ex-governador de Michoacán (2014), a renúncia do ex-governador eleito por causa destes escândalos (2014), a imposição de um novo governador interino por ordem da presidência da república (2014–2015) e a criação arbitrária de uma Comissão de Segurança em Michoacán (2014–2015) que atuou sem quaisquer limitações e, muitas vezes, de forma criminosa contra os próprios naturais de Michoacán.

Perante o alheamento da autoridade municipal, emergiu um forte processo organizativo no interior da comunidade. As *fogatas* tornaram-se a base da reativação das assembleias de bairro e da assembleia geral como espaços de debate e de decisão política. A partir destas assembleias, foi nomeada uma primeira comissão composta por quatro cheranenses de cada um dos quatro bairros da comunidade, cuja função foi a de gerir a situação de emergência e de manter canais de comunicação com as autoridades governamentais para resolver o conflito. Esta comissão, conhecida como a Coordenação Geral, foi a que acabou por liderar todo o movimento social e o processo judicial, como uma espécie de governo popular que funcionou até ao momento do reconhecimento, eleição e instalação de um novo governo municipal regido pelos “usos e costumes”, e que teve lugar a 5 de fevereiro de 2012.

Após a constituição da Coordenação Geral seguiu-se a formação de outras comissões que se encarregaram de dar resposta às necessidades da comunidade e ao vazio deixado pelo então governo municipal. Se bem que algumas das comissões tenham tido vida curta, tendo durado apenas o necessário para atender a uma necessidade concreta, em 2011, além da Coordenação Geral, chegaram a funcionar catorze comissões: de honra e justiça, das *fogatas*, de imprensa e propaganda, de alimentos, de finanças, de educação e cultura, florestal, da água, da limpeza, dos jovens, de agricultura e criação de gado, de comércio, da identidade, e de saúde. A composição destas comissões estava subordinada aos seguintes princípios básicos: representatividade equitativa dos quatro bairros, que os seus membros fossem eleitos nas assembleias e que o trabalho que viessem a realizar fosse honorífico ou em benefício da comunidade sem que recebessem qualquer remuneração económica em troca.

Quase em simultâneo com a constituição da Coordenação Geral, os cheranenses decidiram reativar a antiga ronda comunitária que até à década de 1940 estava encarregada da ordem na comunidade durante a noite (BEALS, 1992). Esta ronda funcionou também com o trabalho de voluntários que se responsabilizaram por apoiar os esforços feitos nas barricadas e por tomar a seu cuidado alguns dos espaços mais importantes da comunidade.

Esta forma de governo foi o resultado das necessidades a que era necessário ir atendendo no dia-a-dia e de experiências de lutas passadas da própria comunidade.¹⁹ Mesmo assim, demonstrou a sua eficácia ao voltar a unir a comunidade

¹⁹ Uma das mais importantes foi a experiência de governo popular que a comunidade organizou em 1988, integrada nos protestos a nível nacional contra o que, para muitos mexicanos, foi a fraude eleitoral do PRI nas eleições presidenciais do México (PÉREZ, 2009).

num amplo consenso, recuperar a segurança, diminuir drasticamente o abate clandestino da sua floresta e conseguir que, mediante um processo judicial histórico, fosse reconhecido o seu direito de eleger as suas próprias autoridades e organizar a autoridade municipal fora do regime dos partidos políticos e de acordo com os seus “usos e costumes” (ARAGÓN, 2013, 2015).

Foi assim que a comunidade de Cherán, nome que significa “lugar onde espantam”, espantou o medo para voltar a fazer política. Vencer o medo, neste caso, não implicou apenas confrontar-se com o crime organizado e com a autoridade municipal, mas igualmente arriscar-se a desafiar o que lhes era dito: que não existia outra forma de governar-se senão com os procedimentos e os mecanismos da deficiente mas necessária democracia e do sistema eleitoral dominante no México. Contra toda a lógica da “racionalidade indolente” (SANTOS, 2002), esta comunidade purépecha foi capaz de fazer o que tinha sido decretado como impossível: governar-se por si mesma durante oito meses e meio, pôr em prática novas formas de participação política e democrática de alta intensidade alicerçadas na sua tradição cultural e, sobretudo, demonstrar que outra forma de democracia era possível.

No dia 5 de fevereiro de 2012, teve início uma nova etapa do processo com a instalação do Conselho Maior de Governo Comunal (CMGC) como autoridade, oficialmente reconhecida, do município e da comunidade de Cherán. Nessa data, este município purépecha fez novamente história ao ser o primeiro do Estado mexicano a ser oficialmente reconhecido com uma estrutura de governo e com formas de participação política diferentes das dos restantes municípios do México.

Embora a transição do governo popular para o governo por “usos e costumes” se inscrevesse na continuidade de uma mesma lógica de participação política, houve algumas mudanças. As mais significativas tiveram que ver com a nova estrutura do governo municipal de Cherán, presidido pelo CMGC e por seis conselhos operacionais: o dos bens comunais; o da administração local; o dos assuntos civis; o da honra e justiça; o dos programas sociais, económicos e culturais; e o conselho coordenador dos bairros. Segundo a mesma lógica, os cheranenses eleitos para exercerem estas responsabilidades e os membros da ronda comunitária, e ao contrário do período anterior, recebem uma pequena retribuição económica pelo seu trabalho. Uma última mudança foi a instauração, em 2015, com a renovação do CMGC, de dois novos conselhos operacionais: o dos jovens e o das mulheres.

Entre as continuidades de maior significado pode mencionar-se que, da mesma forma que no governo popular de 2011, a autoridade máxima da comunidade e do município são as assembleias, e o CMGC responde perante

elas. Esta subordinação não é uma mera formalidade, uma vez que em Cherán existe a revogação de mandato que pode tornar-se efetiva para qualquer membro da estrutura de governo e em qualquer das assembleias que se realizam periodicamente. Da mesma forma, num e noutro dos mencionados períodos, as matérias que se consideram de maior relevância para a comunidade são apresentadas, discutidas e decididas nas assembleias; e são também estas mesmas assembleias que elegem os membros dos conselhos operacionais.

A democracia de Caliban

Cherán – uma comunidade indígena que, tal como o Caliban da peça *A Tempestade* de Shakespeare (2009), configura, para o já referido pensamento hegemónico, o nativo selvagem do qual nada de bom se pode esperar – teve a capacidade de reinventar as suas formas de participação política, apesar da situação complicada que vivia. Contudo, poder-se-ia objetar que, tratando-se de uma comunidade indígena, o contexto terá pouco que ver, culturalmente falando, com a realidade da democracia e com o sistema eleitoral mexicano. Por esse motivo, passo a especificar em que sentido e de que práticas políticas em concreto se poderão colher lições e aprendizagens para pensar uma nova democracia radical no México.

Terminei a primeira secção deste capítulo enunciando uma série de problemas da democracia e do sistema eleitoral mexicano no seu conjunto. Esses vícios podem agrupar-se em três formas de dominação mais significativas nas nossas sociedades, as quais obviamente exercem pressão sobre a democracia: o capitalismo, o patriarcado e o colonialismo (SANTOS, 2002). Defendo, então, que algumas das práticas implementadas na experiência política de Cherán se opõem, em diversas dimensões, a estas formas de poder que enfraquecem a democracia no México.

Se a democracia e o sistema eleitoral no México se converteram em burocracia faraónica e ineficiente; se as remunerações dos governantes são um insulto à pobreza do país; se as campanhas eleitorais são um espetáculo televisivo grotesco do qual os monopólios dos meios de comunicação se aproveitam para enriquecer com os recursos públicos, e se se transformaram em ocasião para os candidatos, ao procurarem apoio financeiro, assumirem compromissos que subordinam o interesse público aos interesses particulares, é porque a democracia mexicana está altamente mercantilizada.²⁰ Se a democracia mexicana exclui, de diferentes maneiras, a participação dos cida-

²⁰ Luís Carlos Ugalde (2015) demonstra que o preço da alternância partidária se traduziu, desde 1997, em notável incremento dos dinheiros públicos investidos no aparelho

dãos em assuntos de interesse comum e privilegia a decisão antidemocrática e tecnocrata da classe política, é porque um dos discursos dominantes na democracia mexicana é o da profissionalização. Se a democracia e o sistema eleitoral continuam a excluir a participação efetiva das mulheres no âmbito institucional e a possibilidade de uma agenda feminista que questione de forma estrutural o papel da mulher na política, só pode ser por a democracia estar mergulhada na lógica patriarcal. Finalmente, se a democracia e o sistema eleitoral não levam a sério as formas de organização e de participação política das comunidades indígenas, é porque no seu âmago continua enraizado um caráter marcadamente colonial.

Enfrentando esta realidade, a experiência política de Cherán desencadeou práticas tendentes à desmercantilização, desprofissionalização, despatriarcalização e descolonização da democracia. Contra a mercantilização, os cheranenses eliminaram as campanhas e a propaganda eleitoral. De tal maneira que o mecanismo para a nomeação das suas autoridades municipais (ao tempo, o CMGC de 2012 e o de 2015) foi um processo deliberativo no âmbito das *fogatas* e que começou apenas algumas semanas antes das assembleias de nomeação, mas que exigiu o acompanhamento e o conhecimento permanente dos problemas da comunidade e das trajetórias de vida dos habitantes dos bairros de Cherán. As *fogatas* que consideravam ter algum cheranense digno de assumir um cargo propuseram-no na assembleia respetiva declarando as razões pelas quais consideravam ser essa pessoa digna de assumir tal responsabilidade. Após a nomeação, as pessoas indigitadas tomavam a palavra perante todos os vizinhos para comunicar se aceitavam a nomeação e fundamentavam com argumentos a sua convicção de que desempenhariam um bom papel ao serviço da comunidade na responsabilidade que iriam assumir. Nesse mesmo ato, os vizinhos do bairro decidiam quem, de entre os que haviam sido propostos pelas *fogatas*, ocuparia o cargo e manifestavam-lhe o seu apoio, não com a deposição de voto em urna, nem de forma secreta mas, sim, colocando-se publicamente em fila atrás dele ou dela.

Este processo de nomeação das autoridades municipais, para além de ser mais deliberativo, participativo, equitativo e constante do que o dos partidos políticos, está sob a alçada dos próprios cheranenses e conta unicamente com o acompanhamento da autoridade eleitoral.²¹ E é também

eleitoral. Pode afirmar-se, por isso, que, no México, a transição para a democracia nasceu mercantilizada.

²¹ Na realidade, este acompanhamento apenas se verifica na nomeação do CMGC e não nos restantes conselhos os quais são da responsabilidade exclusiva do conselho de bairros.

muito mais económico: calculou-se, por exemplo, que a nomeação do primeiro CMGC, o de 2012, teve um custo de apenas 43 mil pesos (cerca de 2000 euros). Este valor é ridículo se o comparamos com a verba que o instituto eleitoral gasta com uma comissão municipal para organizar uma eleição normal. Ao ter-se eliminado as campanhas e o proselitismo eleitoral não só se conseguiu uma grande poupança de dinheiros públicos como se acabou com o hábito nefasto de transformar as campanhas eleitorais numa guerra para conseguir dinheiro dos particulares.

Além disso, e apesar de, desde o início do governo por “usos e costumes”, as autoridades municipais de Cherán receberem uma remuneração pelo seu trabalho, o seu montante é mínimo em comparação com os salários de qualquer outra autoridade municipal em Michoacán. Um membro do CMGC, o órgão representativo mais importante, ganha por mês oito mil pesos (cerca de 380 euros), ao passo que há vários presidentes de município em Michoacán que ganham mensalmente mais de cem mil pesos (cerca de 4750 euros); e, mesmo que da soma dos salários dos doze membros do CMGC possam resultar montantes semelhantes aos que auferem um presidente de município, há uma diferença enorme na forma de conceber a remuneração individual que se recebe pelo trabalho, ou seja, este deixa de ser entendido como um negócio e, em vez disso, passa a ser concebido como um serviço que deve ser prestado ao povo. Todos estes elementos dificultam, em boa medida, a corrupção no seio do governo municipal e tiram força à pretensão de que se pode fazer negócio ocupando um cargo de representação.

Perante a exclusão dos cidadãos da política e da democracia por parte de uma classe política supostamente profissional, a luta de Cherán colocou novamente o cidadão comum no centro da política e da democracia. O consenso à volta do não aos partidos políticos levou os cheranenses a politizar-se e a ocupar-se do futuro da sua comunidade. Por exemplo, um dos setores cujo trabalho foi vital para a comunidade durante o período de 2011 foi o dos jovens. Este segmento da população, tradicionalmente excluído da participação política em Cherán, encarregou-se da difusão e propaganda do movimento nas redes sociais. A difusão da luta de Cherán feita por estes jovens entre os 14 e os 18 anos nas redes sociais e na rádio comunitária que eles próprios fundaram (Radio Fogata), foi de primordial importância para que em Michoacán e no México, perante o bloqueio ou o silêncio dos meios de informação oficiais, se fosse conhecendo o que se passava em Cherán.

A composição do CMGC e dos restantes conselhos ilustra também esta prática. Nas assembleias de nomeação, as *fogatas* propuseram não só as pessoas com mais estudos mas também aquelas que por diversas razões,

principalmente o seu comportamento e o seu trabalho em favor da comunidade, foram consideradas as mais aptas para assumir uma tão grande responsabilidade. Assim, os dois CMGC que na altura foram designados eram compostos por professores, camponeses, comerciantes, profissionais liberais, donas de casa e antigos militares. De facto, na designação de muitos deles foram destacadas qualidades como a de conhecer bem os morros e o território da comunidade, o trabalho feito em favor da comunidade em cargos anteriores, o seu comportamento exemplar na comunidade, etc.

Além da composição das autoridades municipais em Cherán, o mais relevante é que a autoridade máxima desde o princípio foram as assembleias. Nelas, todos os cheranenses, independentemente da sua preparação e condição social, participam nos assuntos políticos mais importantes da povoação, desde a designação até à destituição dos membros de um conselho; desde a criação da estrutura governativa até à sua modificação quando considerada necessária. Da mesma forma, o CMGC e os restantes conselhos operacionais são obrigados a prestar contas em assembleias periódicas nas quais qualquer cheranense pode intervir e votar em condições de igualdade.

Perante a exclusão das mulheres na democracia e a ausência de qualquer mudança significativa do seu papel na política institucional, Cherán avançou no reposicionamento da mulher dentro da política na comunidade. Paradoxalmente, uma comunidade indígena, parte integrante do setor mais acusado de limitar a participação política das mulheres, conseguiu progressos significativos neste domínio. Desde o eclodir do movimento, as mulheres desempenharam o papel de protagonistas, primeiro, porque foram elas que enfrentaram o crime organizado na manhã de 15 de abril de 2011; depois, porque foram sempre participando na composição das comissões; e, finalmente, porque a sua participação nos conselhos que atualmente integram a estrutura municipal de governo não parou de aumentar. Por exemplo, das 36 nomeações para todos os conselhos da estrutura de governo em 2012, 4 foram de mulheres, indigitadas em assembleias; na última nomeação, em 2015, de 48 cargos possíveis, 18 recaíram em mulheres.²²

Estes progressos sustentados da participação das mulheres nos cargos de representação são o resultado de um movimento que tem origem nas assembleias. O facto de as mulheres terem sido as iniciadoras da luta em

²² Ao passo que, na história de Cherán, nunca houve uma presidente de município, desde 2011, as mulheres têm vindo a participar em diversas comissões do governo popular, incluindo a Coordenação Geral. Posteriormente, do primeiro CMGC (2011) fazia parte uma cheranense; no novo CMGC (2015) já se contam três mulheres entre os doze membros desta autoridade.

2011 calou profundamente na memória da comunidade e deu azo a que elas participem cada vez mais nas *fogatas* e nas assembleias. É precisamente na participação ativa das mulheres nos espaços de decisão política de Cherán que confluem os elementos-chave centrais desta outra forma de fazer política e construir democracia: a que controla e vigia os seus representantes e tem o poder de os destituir; a que devolve aos cidadãos o protagonismo e a voz para decidir o futuro da sua povoação; a que, nos seus espaços centrais de debate e decisão política, conta com a participação das mulheres em condições de maior igualdade.

Perante a exclusão das exigências de autonomia e respeito pelas formas de organização política dos povos e comunidades indígenas, Cherán não apenas persistiu nas suas práticas, tal como a imensa maioria das comunidades indígenas do país, como também as revitalizou face aos novos desafios e conseguiu demonstrar o seu potencial como alternativas viáveis. E, se isto não fosse suficiente, conseguiu ainda, através da utilização anti-hegemónica do direito, o reconhecimento estatal das suas formas de organização política para designar autoridades e para governar o município (ARAGÓN, 2013, 2015). Este feito creditou-os com a transformação a partir da base do Estado mexicano ao tornar realidade o primeiro município, formalmente reconhecido, com uma estrutura de governo indígena. Embora esta transformação seja ainda limitada, não só conseguiram que, em diversos procedimentos, fossem reconhecidos como diferentes mas também que se modificasse o funcionamento de vários organismos governamentais para trabalhar com eles.

Podemos aprender com as experiências políticas dos indígenas?

Pensar, no contexto atual, a democracia mexicana e os “usos e costumes” em experiências políticas como as de Cherán implica superar o ainda persistente sistema de valores colonial, mas também as leituras que, embora valorizando-as, as confinam à sua singularidade indígena (CALVEIRO, 2014; HINCAPIÉ, 2015). O desafio é o de inspirar mudanças em contextos gerais, para além do âmbito de Cherán e das comunidades indígenas. Por outras palavras, trata-se de transpor a linha abissal que condena estas experiências políticas a ficar do lado da não existência, quer dizer, como irrelevantes ou ininteligíveis para a construção de uma nova democracia no México (SANTOS, 2009).²³

²³ Noutro trabalho (ARAGÓN, 2016), no qual concentro a minha análise numa perspetiva teórica, classifico as leituras que se têm feito da experiência política de Cherán em três grandes categorias: *new age*, essencialistas e faccionalistas. Apresento aí,

É aqui, contudo, que o ceticismo se avoluma. É aqui que, novamente, o “pensamento abissal” ofusca, quase de igual forma, a visão tanto da direita como da esquerda. Argumenta-se que as práticas políticas de Cherán funcionam apenas em comunidades indígenas ou povoações pequenas, que só são possíveis graças à peculiar mundividência dos purépechas, etc. Há, contudo, outras experiências que demonstram o contrário. Por exemplo, em 2007, a Asamblea Popular de los Pueblos de Oaxaca (APPO) conseguiu instaurar durante cinco meses um sistema de governo indígena-popular na cidade de Oaxaca, que tem mais de 600 000 habitantes, na sua maioria mestiços (ESTEVA, 2008). Em Michoacán, o movimento das autodefesas – de que faziam parte sobretudo mestiços –, que chegou a controlar a segurança da maior parte dos municípios de Michoacán, seguiu o exemplo da experiência de segurança comunitária de Cherán.²⁴

O que se descortina nestes casos são traduções interculturais, ou talvez seja mais correto dizer processos de inteligibilidade intercultural – levados a cabo por coletividades mestiças – de práticas indígenas para responder a problemas e desafios comuns em circunstâncias próprias. O produto deste processo, a “ecologia dos saberes”, como a denomina Boaventura de Sousa Santos (2009), não só pode permitir construir alternativas políticas novas enquanto horizonte de possibilidades mas também tem, de facto, expressão nas práticas que as pessoas comuns constroem perante as necessidades e os problemas concretos, e geralmente urgentes, que têm de enfrentar.

Precisamente porque constituem a resposta a um contexto e a necessidades concretas, as aprendizagens e lições da experiência política de Cherán não podem pensar-se como transplantes mecânicos. É claro que as práticas políticas que desencadearam estão ligadas a uma matriz cultural. Parece-me, contudo, que isso não impede que determinadas práticas concretas se possam adaptar e hibridar, de acordo com o contexto, com outras práticas e conhecimentos progressistas para enfrentar desafios comuns suscitados pela atual ordem neoliberal. Neste sentido, não creio que seja necessário ter uma mundividência purépecha para exigir que os nossos governantes tenham remunerações mais baixas ou para exigir que a burocracia eleitoral e os partidos

pormenorizadamente, argumentos para justificar que estas abordagens, de diferentes tendências políticas, são insuficientes para a análise política que a crise democrática do México exige.

²⁴ Ver, por exemplo, em Michoacán 3.0, “José Manuel Mireles manda mensaje a Cherán y a las comunidades indígenas de Michoacán”. Página consultada a 31.01.2016, em <<http://michoacantrespuntocero.com/jose-manuel-mireles-manda-mensaje-a-cheran-y-a-las-comunidades-indigenas-de-michoacan/>>.

políticos operem com uma menor quantidade de dinheiro. Também não me parece impossível que seja possível ter, nos contextos urbanos, mecanismos de decisão relativamente a assuntos relevantes (orçamentos, obras, dívida, impostos, etc.) de que os governantes se têm apropriado. O mesmo se poderia dizer da revogação de mandatos e de tantas outras práticas políticas.

Neste capítulo, procurei defender a possibilidade real de construir no México algo que ainda parece uma utopia: uma sociedade verdadeiramente intercultural e igualitária. Intercultural, mas não no falso sentido em que está a ser posta em prática pelas políticas públicas ou como é exposta pelas ciências sociais, segundo as quais são as comunidades indígenas que têm de aprender com a sociedade mestiça ou ocidental, enquanto esta não tem nada que aprender com as primeiras. Igualitária, no sentido de que, assim como as soluções e as alternativas para os desafios comuns que o México enfrenta podem ser construídas por setores mestiços, urbanos e letrados, também podem ter a sua origem nos indígenas, nos camponeses e nos detentores de saberes não universitários.

Ter a disponibilidade para aprender com experiências políticas como as de Cherán é, além disso, dentro desta noite escura que se vive no nosso país, uma oportunidade para saldar a dívida antiga contraída com as comunidades e povos indígenas e, ao mesmo tempo, para construir, a partir desse ato de justiça epistemológica, mas também de igualdade radical, o novo futuro de que precisamos para os tempos atuais.

Referências bibliográficas

- Ackerman, John (2015), *El mito de la transición democrática. Nuevas coordenadas para la transformación del régimen mexicano*. Cidade do México: Planeta.
- Anaya, Alejandro (2006), *Autonomía indígena, gobernabilidad y legitimidad en México. La legalización de usos y costumbres electorales en Oaxaca*. Cidade do México: Universidad Iberoamericana/Plaza y Valdés.
- Aragón Andrade, Orlando (2013), “El derecho en insurrección. El uso contra-hegemónico del derecho en el movimiento purépecha de Cherán”, *Revista de Estudios & Pesquisas sobre as Américas*, 7(2), 37–69. Disponível em <http://www.periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/10034>
- Aragón Andrade, Orlando (2015), “El derecho después de la insurrección. Cherán y el uso contra-hegemónico del derecho en la Suprema Corte de Justicia de México”, *Sortuz: Oñati Journal of Emergent Socio-Legal Studies*, 7(2), 71–87. Disponível em <http://opo.iisj.net/index.php/sortuz/article/view/702>
- Aragón Andrade, Orlando (2016), “¿Por qué pensar la experiencia política de Cherán desde las epistemologías del sur? Un alegato por la interculturalidad y la

igualdad radical", *Nueva antropología*, 84, 143–161. Disponível em <https://revistas-colaboracion.juridicas.unam.mx/index.php/nueva-antropologia/issue/view/1756>

Astorga, Luis (2015), "¿Qué querían que hiciera?" Inseguridad y delincuencia organizada en el gobierno de Felipe Calderón. Cidade do México: Grijalbo.

Bartra, Roger (2013), *La sangre y la tinta. Ensayos sobre la condición postmexicana*. Cidade do México: De bolsillo.

Beals, Ralph Larson (1992), *Cherán: Un pueblo de la sierra*. Zamora, México: El Colegio de Michoacán.

Calderón Mólgora, Marco Antonio (2004), *Historia, procesos políticos y cardenismos*. Zamora, México: El Colegio de Michoacán.

Calveiro, Pilar (2014), "Repensar y ampliar la democracia. El caso del municipio autónomo de Cherán K'eri", *Argumentos*, 75, 193–214. Disponível em http://argumentos.xoc.uam.mx/ver_resumen.php?id_articulo=9985

Castile, George Pierre (1974), *Cherán: La adaptación de una comunidad tradicional*. Cidade do México: Instituto Nacional Indigenista.

Díaz-Polanco, Héctor (1997), *La rebelión zapatista y la autonomía*. Cidade do México: Siglo XXI.

Esteve, Gustavo (2008), "Appología", *Bajo el volcán*, 7(12), 91–113. Disponível em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=28671206>

Gledhill, John (2012), "Límites da autonomia e da autodefesa indígena. Experiências mexicanas", *Mana*, 18(3), 449–470. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0104-93132012000300002>

Gómez Durán, Thelma (2012), "El pueblo que espantó al miedo", in Marcela Turati e Daniela Rea (orgs.), *Entre las cenizas. Historias de vida en tiempos de muerte*. Cidade do México: Periodista de a pie, 29–49.

Hincapié Jiménez, Sandra (2015), "Acciones colectivas de innovación democrática local en contextos de violencia", *Revista Mexicana de Sociología*, 77(1), 129–156. Disponível em <http://www.revistas.unam.mx/index.php/rms/article/view/46620>

IFES-UNDP – International Foundation for Election Systems; United Nations Development Programme (2006), *Getting to the core: A global survey on the cost of registration and elections*. Nova Iorque: Center for Transitional and Post-Conflict Governance (IFES) e United Nations Development Programme. Disponível em http://www.ifes.org/sites/default/files/corepubcolor_2.pdf

Maldonado Aranda, Salvador (2012a), "Transición política, seguridad y violencia en México: Radiografía de la lucha antidrogas en Michoacán", in Alejo Vargas Velásquez (coord.), *El prisma de las seguridades en América Latina. Escenarios regionales y locales*. Buenos Aires: CLACSO, 115–138. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20120412125115/prisma-5.pdf>

Maldonado Aranda, Salvador (2012b), "Drogas, violencia y militarización en el México rural. El caso de Michoacán", *Revista Mexicana de Sociología*, 74(1), 5–39. Disponível em <http://www.revistas.unam.mx/index.php/rms/article/view/29532>

Mena Rodríguez, Marco (2010), *¿Cuestan demasiado las elecciones en México? El Instituto Federal Electoral en perspectiva*. Cidade do México: Centro de Investigación y Docencia Económicas.

Meyer, Lorenzo (2013), *Nuestra tragedia persistente. La democracia autoritaria en México*. Cidade do México: Debate.

Olmos, José Gil (2015), *Batallas de Michoacán. Autodefensas, el proyecto colombiano de Peña Nieto*. Cidade do México: Proceso.

Pérez Ramírez, Tatiana (2009), "Memoria histórica de la insurrección cívica purépecha en 1988", *Política y Cultura*, 31, 113–138. Disponível em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26711982007>

PNUD – Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (2013), *Participación política de las mujeres en México. A 60 años del reconocimiento del derecho al voto femenino*. Cidade do México: Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo. Disponível em <http://mexico.unwomen.org/es/digiteca/publicaciones/2013/11/participacion-politica-de-las-mujeres-en-mexico>

Rancière, Jacques (2013), *El filósofo y sus pobres*. Buenos Aires: Universidad Nacional de General Sarmiento.

Recondo, David (2007), *La política del gatopardo. Multiculturalismo y democracia en Oaxaca*. Cidade do México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social.

Santos, Boaventura de Sousa (2002), *Crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência*. Porto: Afrontamento.

Santos, Boaventura de Sousa (2006), *Renovar la teoría crítica y reinventar la emancipación social*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO). Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/edicion/santos/santos.html>

Santos, Boaventura de Sousa (2009), *Una epistemología del Sur*. Cidade do México: Siglo XXI/Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.

Shakespeare, William (2009), *Macbeth; El mercader de Venecia; Las alegres comadres de Windsor; Julio César; La tempestad*. Cidade do México: Porrúa.

Spivak, Gayatri Chakravorty (2011), *¿Puede hablar el subalterno?* Buenos Aires: El cuenco de Plata.

Tuckman, Jo (2013), *México, democracia interrumpida*. Cidade do México: Debate.

Turati, Marcela (2011), *Fuego cruzado. Las víctimas atrapadas en la guerra del narco*. Cidade do México: Grijalbo.

Ugalde, Luis Carlos (2015), "Democracia a precio alzado", *Nexos*, de 1 de agosto. Consultado a 16.01.2016, em <http://www.nexos.com.mx/?p=25810>

Velásquez Guerrero, Verónica (2013), *Reconstitución del territorio comunal. El movimiento étnico autonómico en San Francisco Cherán, Michoacán*. Tese de mestrado em Antropología Social, Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, México.

Villafranco Robles, Citlali (2007), La presencia de los partidos políticos en televisión: Campañas mediáticas y votos en los procesos electorales en México (2000-2003). Tese de doutoramento em Ciências Sociais, com especialidade em Ciências Políticas, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, México. Cidade do México: Instituto Electoral del Distrito Federal. Disponível em <http://portal.iedf.org.mx/biblioteca/tesis/Tesis2007.pdf>

Zibechi, Raúl (2006), Dispersar el poder. Los movimientos como poderes antistatales. Buenos Aires: Tinta Limón.

Žižek, Slavoj (2002) ¿Quién dijo totalitarismo? Cinco intervenciones sobre el (mal) uso de una noción. Valência: Pretextos.